

# ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

## PARECER JURÍDICO

**Objeto:** Projeto de Lei Ordinária nº 11/2021

**Autor:** Luíza Monteiro Böer

**Ementa:** Dispõe sobre o recolhimento de uso humano vencidos ou em desuso, pelos usuários das unidades básicas de saúde no município de Juína.

### I - DO RELATÓRIO

Foi encaminhado o Projeto de Lei nº 11/2021 que dispõe sobre o recolhimento de medicamentos de uso humano vencidos ou em desuso, pelos usuários das unidades básicas de saúde no município de Juína.

Em suas considerações a autora justifica que o descarte incorreto dos medicamentos provoca a contaminação do solo e das águas subterrâneas. O projeto tem o intuito de conscientizar a população e oferecer instrumentos nas Unidades Básicas de Saúde a fim de que contribuam e estimulem o descarte ambientalmente correto dos medicamentos de uso humano vencidos ou em desuso na cidade de Juína/MT.

É o sucinto relatório.

### II - DA ANÁLISE JURÍDICA

#### II.1 - Da competência e da iniciativa

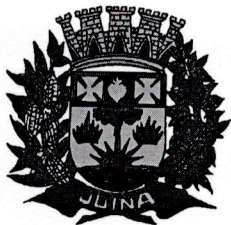
O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição da República e no artigo 14, incisos XXXI da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)





# ESTADO DE MATO GROSSO

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Art. 14. Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

XXXI - dispor sobre a poluição, em todas as suas formas;

(...)

De igual modo, verifica-se ainda os artigos 15, 151 e 153 da Lei Orgânica Municipal regulamentando a matéria:

Art. 15. Ao Município compete ainda, concorrentemente com o Estado:

(...)

III - dispor sobre a defesa do meio ambiente, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico e arqueológico;

(...)

Art. 151. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à comunidade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações:

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município:

(...)

IV - controlar a produção e comercialização e o emprego de técnica, métodos e substâncias, que comportem riscos para vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V - promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

(...)

Art. 153. A administração pública garantirá, na forma da lei:

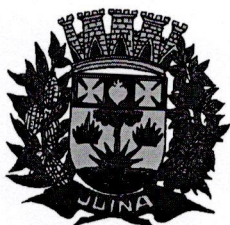
(...)

III - a proteção das águas contra os regimes que possam comprometer o seu uso atual ou futuro;

(...)

Não se verifica, a princípio, qualquer vício de iniciativa, uma vez que os dispositivos do projeto não tratam de matérias de competência privativa do Chefe do Executivo dispostas no art. 61 da Lei Orgânica Municipal.





# ESTADO DE MATO GROSSO

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, a advocacia da Câmara OPINA s.m.j, favorável a tramitação do projeto de lei em comento, desde que observados os procedimentos legais e regimentais vigentes.

### II.2 - Da tramitação e votação

A propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de **Legislação, Justiça e Redação Final** (art. 51, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno) e **Direitos Humanos e Saúde** (art. 51, inciso II, alínea "f", do Regimento Interno).

Para aprovação do Projeto de Lei nº 11/2021 será necessário o voto favorável por maioria simples, em dois turnos de discussão e votação.

### III - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, diante dos aspectos formais que cumpre examinar neste parecer, a Advocacia da Câmara Municipal do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa, OPINA s.m.j. pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 11/2021.

Impende destacar, que a emissão do presente parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos nobres Edis.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Juína/MT, 21 de junho de 2021.

  
**Janaína Braga de Almeida Guarienti**  
**OAB/MT 13.701 - PORTARIA Nº 42/2019**